



Programa Bolsa Família Promove Proteção Social às Mulheres Negras

O Bolsa Família como instrumento de justiça social e de enfrentamento às vulnerabilidades que atingem mulheres negras, promovendo direitos, proteção e dignidade por meio das condicionalidades e da transferência de renda

O mês de novembro marca duas agendas fundamentais de luta no Brasil: o Novembro Negro, que reafirma o combate ao racismo, e os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, iniciados em 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra – alinhados à campanha internacional dos 16 dias de ativismo.

Este período mobiliza instituições públicas e a sociedade civil para enfrentar desigualdades históricas e denunciar as múltiplas formas de violência que atingem de maneira desproporcional as mulheres, especialmente as mulheres negras, que são maioria entre as vítimas e também entre as responsáveis pelo sustento de suas famílias.

O Programa Bolsa Família é o principal instrumento de política pública de combate à fome e insegurança alimentar do país. Promove a proteção social a cerca de 18 milhões de famílias, sendo que as mulheres são maioria do Programa: 58,60% do público.

As mulheres são também a maioria entre os responsáveis familiares do PBF: 83,90%. As mulheres negras (pretas e pardas) representam aproximadamente 73% das responsáveis familiares desde a recriação do Programa em 2023.

Como principal política de transferência de renda do país, o PBF reconhece o papel dessas mulheres como pilares das famílias brasileiras e atua diretamente na mitigação das vulnerabilidades que recaem sobre elas, assegurando proteção social e acesso à educação, saúde e segurança alimentar.

Mulheres, Renda e Trabalho

A população brasileira é composta em sua maioria por mulheres, que também chefiam a maior parte dos lares. São 47 milhões que se autodeclaram pardas, que, somadas às mulheres pretas, totalizam mais de 57 milhões de mulheres negras de um total de 104.548.325 (CENSO 2022, IBGE).

Os dados sistematizados pelo Relatório Socioeconômico da Mulher de 2025 (RASEM 2025) apontam que a feminização da pobreza no Brasil é racializada:

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes, por rendimento mensal domiciliar per capita, segundo o sexo e a cor raça da pessoa responsável – Brasil (2023).

Sexo e cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio	Domicílios particulares permanentes							
	Distribuição percentual (%)							
	Total	Sem rendimento até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Mulheres ¹	100,0	9,8	17,7	31,1	24,8	7,37	5,4	4,0
Brancas	100,0	5,7	11,1	27,0	29,0	10,9	8,9	7,4
Pretas ou pardas	100,0	12,8	22,5	34,1	21,7	4,7	2,8	1,4
Homens ¹	100,0	6,1	11,8	28,1	29,8	10,1	7,7	6,4
Brancos	100,0	3,9	7,5	22,8	30,8	13,0	11,1	10,9
Pretos ou pardos	100,0	7,8	15,1	32,3	29,1	7,9	5,1	2,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
Nota: Informações das entrevistas realizadas nos domicílios visitados pela primeira vez em cada um dos quatro trimestres do ano.
¹ Inclusive as pessoas que se declaram indígenas, amarelas e ignoradas.

Conforme os dados acima, entre as chefes de família, as mulheres têm renda mensal menor que os homens, com a maior concentração de mulheres em faixas de renda mais baixa. A diferença se agrava ainda mais quando as chefes de família são mulheres negras.

De acordo com o RASEAM 2025, com relação à inserção das mulheres no mercado de trabalho apontam que as mulheres são mais formalizadas no mercado de trabalho do que os homens, porém em todas as regiões do país, as mulheres negras vivem maior informalidade (41,0%) que as mulheres brancas (31,7%). Por outro lado, quando se trata do trabalho doméstico inverte-se o cenário da informalidade, com 73,4% de mulheres trabalhando sem carteira assinada em relação a 59,2% dos homens na mesma situação. As mulheres chegam a dedicar quase o dobro da média de horas semanais do que os homens às tarefas de cuidado de pessoas e/ou a afazeres domésticos (RASEAM, 2025).

As desigualdades estruturais que atravessam gênero, raça e classe impactam diretamente a vida das mulheres brasileiras. As mulheres negras, historicamente submetidas a maiores vulnerabilidades socioeconômicas, enfrentam sobreposição de desigualdades no acesso ao trabalho, à renda e à proteção social. Muitas chefiam sozinhas seus lares, acumulam atividades de cuidado e estão concentradas em ocupações informais ou de baixa remuneração, elementos que reforçam sua exposição à pobreza e à violência.

Violência Doméstica contra Mulheres

A Lei Maria da Penha define a violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Em 2023, 71,6% das notificações de violência contra mulheres ocorreram dentro de casa, o que mostra ser o lar ao invés de lugar de proteção o de vulnerabilidade para milhares de mulheres. (RASEAM, 2025).

Em 2023, foram registradas 302.856 notificações de violência doméstica, sexual e outras formas de violência contra mulheres, um aumento significativo em relação aos 216.024 casos de 2022.

Dos registros de violência contra mulheres adultas (20 a 59 anos), 60,4% foram contra mulheres pretas e pardas, enquanto 37,5% contra mulheres brancas.

Entre as mulheres com deficiência, as mulheres com transtorno mental são as que têm maior percentual, são 50,3%. Em seguida, as que possuem transtorno de comportamento (21,4%).

Fonte: RASEAM, 2025

Esses dados evidenciam a necessidade de políticas focalizadas e intersetoriais que articulem renda, acolhimento, proteção e formação de redes de apoio — dimensões nas quais o Programa Bolsa Família tem papel central.

Em um ciclo de escutas promovidas pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e pelo Ministério das Mulheres no ano de 2025, o papel do programa para a garantia da autonomia das mulheres e sua inserção na rede de proteção social foi um dos principais assuntos destacados pelas beneficiárias. Identificou-se que o benefício contribui para romper ciclos de violência, ampliar autonomia financeira, aumentar segurança para reorganizar a vida, possibilitar acesso a serviços públicos.



“O Bolsa Família foi meu primeiro socorro para eu sair da situação em que estava.”

(depoimento de beneficiária em Contagem/MG, 2025)

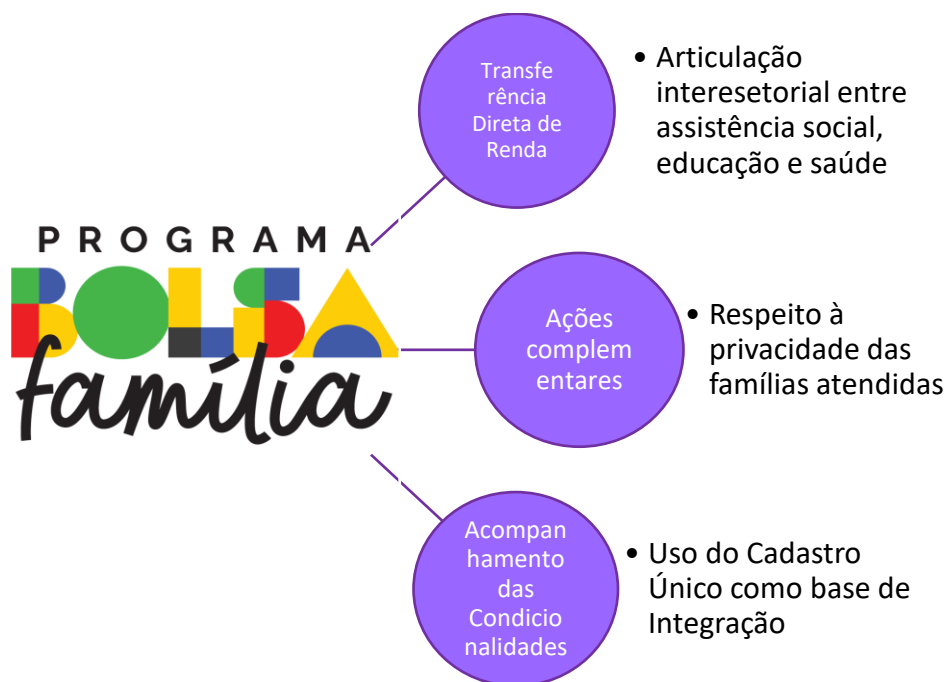
“Precisei ser violentada para chegar ao CRAS e ter acesso a informações sobre meus direitos.”



(depoimento de beneficiária em Nossa Senhora do Socorro/SE, 2025)

Programa Bolsa Família: O Combate à Fome e a Superação da Pobreza entre as Gerações

O Programa Bolsa Família é uma política de transferência de renda destinada às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com objetivos de combate à fome, interrupção do ciclo intergeracional da pobreza, promoção da cidadania e proteção social, especialmente para crianças, adolescentes e mulheres. O programa tem três pilares: transferência direta de renda, acompanhamento das condicionalidades e ações complementares.



Entre os públicos que o Programa prioriza, encontram-se as famílias em situação de violação de direitos, o que inclui mulheres em situação de violência, famílias com histórico de risco social registrado no Cadastro Único e situações identificadas pelo SUAS, Sistema Presença (Educação) e pelo Ministério da Saúde.

O pagamento do benefício é preferencialmente feito à mulher, visando combater a feminização da pobreza. A composição do público beneficiário reflete o perfil nacional da pobreza multidimensional. Essas mulheres acumulam maior sobrecarga de cuidados, maiores barreiras de acesso ao trabalho formal e maiores índices de violência doméstica.

A folha de pagamento de novembro de 2025 indica que o Programa Bolsa Família beneficiou 18,66 milhões de famílias e 48,5 milhões de pessoas, executando transferência de renda de 12,69 bilhões de reais, com um benefício médio de R\$ 683,28.

Entre os mecanismos de intersectorialidade do Programa, destacam-se as condicionalidades, que funcionam também como instrumentos de detecção de vulnerabilidades, incluindo sinais de negligência, abuso e violência doméstica.

As condicionalidades representam um compromisso entre Estado e família para acesso a direitos básicos. O acompanhamento funciona também para indução de políticas públicas para diagnóstico das áreas que precisam ser fortalecidas, o que se dá especialmente por meio do Trabalho Social com Famílias e Territórios realizado pelo PAIF.

Até novembro de 2025, o Sistema de Condicionalidades (SICON) registra que 87,88% das meninas de 4 a 17 anos beneficiárias do Programa têm sua frequência escolar acompanhada. São 7.704.912 meninas acompanhadas, entre um total de 8.767.697 em idade escolar. Dessas, 5.404.250 (87,41%) são meninas negras, pretas ou pardas.

No primeiro semestre de 2025, havia 24.921.154 gestantes a serem acompanhadas. A taxa de acompanhamento foi de 88,89%. Entre elas, 72% (17.950.973) eram mulheres negras, pretas ou pardas. No acompanhamento de vacinação e condições nutricionais básicas, o Programa registrou 9.243.560 crianças beneficiárias. Entre elas, 4.536.955 são meninas, e 2.971.340 dessas meninas são negras.

Novembro de Lutas para Avançar na Conquista de Direitos



É necessário que a gente esteja presente para fazer o movimento. A nossa união faz a força”

(depoimento de beneficiária em Brasília-DF, 2025)

No próximo dia 25 de novembro acontecerá a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e Bem-viver.

A data celebra o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres e o início do calendário internacional dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero, que vai até o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, desde 2012, são 21 dias de ativismo, iniciando em 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) se soma às mobilizações do Novembro Negro, reafirmando o compromisso com o enfrentamento ao racismo e às desigualdades que atingem de forma estrutural as mulheres negras. A Secretaria reconhece que o combate à violência exige ações coordenadas entre renda, proteção social, educação, saúde e justiça.

O Programa Bolsa Família, ao articular transferência de renda, acompanhamento de condicionalidades, identificação de riscos sociais e acesso à rede integrada de proteção, reafirma seu papel de garantir dignidade, autonomia e segurança para mulheres — especialmente mulheres negras — que seguem na linha de frente da luta por direitos, proteção e justiça social.

Anote na Agenda

25 de novembro

Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, em Brasília-DF

Canais de atendimento do MDS

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome possui um chat voltado ao atendimento exclusivo aos técnicos e gestores municipais. O atendimento é feito on-line, em tempo real, e o horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, de 7h às 19h. O link para acesso é <https://falemds.centralit.com.br/atendimento/chatmds/index.html>.



**Formulário
Eletrônico**



121



Chat



**Registro de
Manifestação**



Telegram

Comunicados Via Ofício

Assuntos sobre Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Sr. Rafael Guerreiro Osorio

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 3º andar

CEP 70054-906 – Brasília – DF

Assuntos relacionados ao Programa Bolsa Família

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

Sr(a). Eliane Aquino Custodio

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 5º andar, sala 531

CEP 70054-906 – Brasília – DF



Perdeu algum Informe?

*Confira as edições
anteriores*

Caso não queira mais receber este boletim, envie resposta a esta mensagem com o assunto "EXCLUIR".
Para receber o boletim, envie mensagem para informebolsaecadastro@mds.gov.br com o assunto "INCLUIR MDS
INFORMA".

Central de Relacionamento



121



www.mds.gov.br

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO